

Ata da Vigésima Terceira Sessão Ordinária – 16-08-2017

Ata da Vigésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Brazópolis - M.G, realizada em 16 de Agosto de 2017, às 19:00 h, no Plenário Legislativo Vereador Dr. Euclides Machado de Souza. Instalada a Sessão, o Presidente, Ver. Wagner Pereira proferiu as palavras: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo Brazopolense, iniciamos nossos trabalhos legislativos". Em seguida, procedi à leitura da Ata, que após lida e discutida, onde foram feitas algumas correções, a mesma foi aprovada por unanimidade pelos Vereadores e será publicada no Mural da Câmara Municipal.

Correspondências Enviadas: O Sr. Presidente pediu ao Ver. Adriano Simões que fizesse a leitura do Ofício 135/2017, assunto: Encaminhamento (Faz) ao Sr. Deputado Federal Bonifácio Andrada solicitando viabilização de recursos financeiros, também encaminhe ao Sr. Bruno Araujo, Ministro das Cidades do Brasil, para compra de uma retroescavadeira; Ofício 132/2017, assunto: Encaminhamento (Faz) ao Sr. Prefeito os Pedidos de Providências aprovados por unanimidade em Sessão desta Casa no dia 09/08/2017; Ofício 134/2017, assunto: Encaminhamento (Faz) ao Sr. Prefeito a Indicação aprovada por unanimidade em Sessão desta Casa no dia 09/08/2017; Ofício 133/2017, assunto: Encaminhamento (Faz) ao Sr. Prefeito o Requerimento de Informação aprovada por unanimidade em Sessão desta Casa no dia 09/08/2017; **Correspondências Recebidas:** Ofício 286/2017 da Prefeitura Municipal de Brazópolis encaminha o Projeto de Lei nº 32 de 11 de agosto de 2017; Ofício 287/2017 da Prefeitura Municipal de Brazópolis encaminha o Projeto de Lei nº 33 de 11 de agosto de 2017; Ofício 088/2017, assunto: Convite/Faz da Secretária de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de Brazópolis convida os Vereadores a participar da Abertura da Expo Braz 2017, em 31 de agosto de 2017; Ofício 277/2017/GAB.PMB, assunto: Resposta ao Pedido de Providência dos Vereadores do dia 02 de agosto de 2017; Ofício 278/2017/GAB.PMB, assunto: Resposta a Indicação nº 04/2017; Ofício 288/2017/GAB.PMB, assunto: Resposta ao Requerimento de Informação nº 09/2017; Ofício 290/2017/GAB.PMB, assunto: Resposta ao Ofício 128/ 2017 da Câmara Municipal de Brazópolis; Ofício 289/2017, assunto: Informação (Faz) em resposta ao Requerimento nº 08/2017; **Pedidos de Providências:** Requerimento de Informação nº 11/2017 do Ver. José Carlos, 1 – Cópia do Contrato Celebrado em virtude do processo de Licitação PREGÃO PRESENCIAL 044/2017; 2 – Cópia da ata do pregão realizado no dia 11/08/2017 que classificou a empresa vencedora do certame; Os Requerimentos de Informações foram aprovados por unanimidade; Requerimento de Informação nº 12/2017 do Ver. José Carlos, 1 – Situação das duas empresas instaladas na cidade, na Avenida Tancredo Neves, bairro Alto da Glória, e na Rua Isac Pereira de Faria, bairro Vargem Grande, em relação ao cumprimento das condições estabelecidas nas leis autorizadas para que o Município arcasse com aluguel dos prédios onde elas se encontram instaladas. O Requerimento de Informação foi aprovado por unanimidade; 19/2017 do Ver. Carlos Adilson, 1 – Que seja avaliado a possibilidade de mudança de lugar do quebra molas na Avenida Coronel Francisco Braz que está em frente a garagem da Senhora Vanda Cintra. Este quebra molas atrapalha a entrada e saída de veículos; 2 – Colocação de quebra molas ou faixa elevada em toda extensão da Rua Sebastião Tobias Rosa (Bairro Horizonte Azul). Com aumento do fluxo de carros eles passam em alta velocidade podendo causar acidentes. Pedido do Sr. José Maria Pereira Rosa; Os pedidos de Providências foram aprovados por unanimidade; 19/2017 do Ver. Adilson de Paula, 1 – Que seja reformado o ponto de ônibus no Bairro Farias, não existe nem assento mais, trazendo desconforto aos usuários; 2 – Peço para que o setor de obras continue os trabalhos na Avenida Joaquim Alfredo de Paula em Cruz Vera. Foi feito aterro neste local tampando a saída d'água causando alagamento e muita lama. Os pedidos de Providências foram aprovados por unanimidade; 19/2017 do Ver. Aldo Chaves, 1 – Que seja feita manutenção e limpeza em torno das torres de retransmissão da CEMIG no bairro Campo Belo na fazenda do Sr. Josino. As arvores estão muito altas. (Pedido do Sr. Wagner Pereira); 2 – Que seja feita a manutenção da ponte que liga o bairro Alegre de Baixo a Serra dos Pereiras. Ponte colocando os usuários em perigo. (Pedido do Sr. Leandro para Sr. Wagner Pereira); 3 – Que seja colocado faixa elevada na Rua Alferes

Antônio Dias, em frente ao número 141. Os veículos descem com muita velocidade colocando em risco moradores e estudantes; 4 – Que seja passada a patrol na estrada de Anhumas e na estrada que fica a esquerda da Igreja São João Batista. Segundo moradores faz anos que não tem manutenção na estrada da igreja. (Pedido do Sr. Wagner Pereira). Os Pedidos de Providências foram aprovados por unanimidade; 22/2017 do Ver. Sérgio Pelegrino, 1 – Solicito ao Departamento de Obras melhorias na Avenida Pedro Antônio dos Reis. Por ser uma avenida que possui alto fluxo de veículos e não possuir acostamento faz-se necessário a construção dos redutores em seu caminho dando continuidade na Avenida Dona Emilia Torres Gonzaga, estrada principal que liga o bairro Bela Vista ao Frei Orestes, Serra dos Mendonças e Serra dos Torres. O Pedido de Providência foi aprovado por unanimidade; 16/2017 do Ver. Dalírio Dias, 1 – Reiterando pedido, que seja feito a manutenção da estrada do bairro Anhumas até o bairro Japão e que sejam colocadas duas lombadas, uma próximo a casa do Sr. Antônio Ribeiro R. Silva (Antônio Mané) e outra em frente a casa do Sr. Jovino dos Santos Barbosa. O Pedido de Providência foi aprovado por unanimidade; O Sr. Presidente disse termos 2 (dois) Projetos, dos quais já foram passados para as Comissões e 1 (um) tem a necessidade de urgência. O Ver. José Carlos sugeriu que fosse incluído na pauta o Projeto nº 29, pois a Comissão já estudou o mesmo. O Sr. Presidente fez a leitura do caput do Projeto de Lei nº 29 que “Altera a redação dos dispositivos que enumeram a Lei 381/1997 que institui o Código Tributário do Município, bem como acrescenta os dispositivos mencionados.” e disse que já foi feita uma análise pelas Comissões, fez a leitura do caput do Projeto de Lei nº 32 que “Fixa o valor para pagamento de Obrigações de Pequeno Valor/ RPV, decorrentes de decisões judiciais, nos termos do Art.100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal.” disse que esse projeto é urgentíssimo e mereceria até uma Sessão Extraordinária, pois está afetando em muito os cofres públicos, também fez a leitura do caput do Projeto de Lei nº 31 que é extremamente fácil, porque é daqui para a frente, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de lâmpadas tipo LED (Diodo Emissor de Luz) na rede de iluminação pública em novos loteamentos e empreendimentos imobiliários no Município de Brazópolis.”. O Sr. Presidente disse que em uma parceria entre CEMIG e Observatório, as lâmpadas e os braços dos postes serão diferentes e quando se tratar de um loteamento novo, já o fará direto, para não precisar mudar como vai ser o novo, em seguida colocou o Projeto de Lei nº 29 em discussão. O Ver. José Carlos disse que sobre o Projeto 29, uma Lei Complementar nº 157/2016, uma Lei Federal, onde o Governo Federal estabelece essa lista para o Município poder cobrar o imposto, sobre serviços de qualquer natureza das empresas que aqui prestem serviços, então o Projeto é simples nesse sentido, pois está adequando a Lei Federal a nossa Lei Municipal. O Sr. Presidente ressaltou que o referido Projeto foi dado parecer favorável pelas Comissões pertinentes e também o Parecer Jurídico. O Ver. Aldo Chaves complementou a informação do Ver. José Carlos que é uma adequação do Município a Lei Complementar nº 157/2016. Eu, Ver. Dalírio Dias disse que como Comissão, nós nos reunimos e nosso Parecer foi totalmente favorável. O Sr. Presidente colocou o Projeto de Lei nº 29 em primeira votação. O Projeto de Lei nº 29 foi aprovado por unanimidade em 1ª votação. O Ver. Adriano Simões fez o pedido de regime de urgência. O Sr. Presidente consultou a casa sobre o pedido de regime de urgência feito pelo Ver. Adriano Simões. O pedido de regime de urgência foi aceito e colocou o referido Projeto de Lei em 2ª votação. O referido Projeto de Resolução foi aprovado em 1ª e 2ª votação e vai a sanção do Sr. Prefeito. O Sr. Presidente abordou sobre o Projeto de Lei nº 31, onde o Observatório Nacional de Astrofísica fará uma parceria com a CEMIG para as trocas das lâmpadas. O Ver. Adriano Simões disse que isso irá influenciar menos nos trabalhos do Observatório. O Sr. Presidente disse que o Projeto já possui os Pareceres favoráveis e colocou o referido Projeto em discussão. O Ver. José Carlos informou sobre as discussões da Comissão, que resultaram em duas modificações, a primeira que “respeitada as normas da concessionária CEMIG”, que não estava na redação original e também acrescentamos “bem como as ampliações de rede”, que além dos novos loteamentos, se for ocorrer alguma ampliação de rede, para que já seja de LED. O Sr. Presidente salientou que o referido Projeto chegou nesta casa e foram estudados pelos senhores, que foram ao Executivo e

ajustaram para que já viesse com as opiniões dos senhores e colocou o referido Projeto em primeira votação. O Projeto de Lei nº 31 foi aprovado por unanimidade em 1ª votação. O Ver. José Carlos fez o pedido de regime de urgência. O Sr. Presidente consultou a casa sobre o pedido de regime de urgência feito pelo Ver. José Carlos. O pedido de regime de urgência foi aceito e colocou o referido Projeto de Lei em 2ª votação. O referido Projeto de Lei foi aprovado em 1ª e 2ª votação e vai a sanção do Sr. Prefeito. O Sr. Presidente fez a leitura do caput do Projeto de Lei nº 32 e disse que o referido Projeto foi amplamente estudado pelas Comissões envolvidas e colocou o referido Projeto em discussão. O Ver. Aldo Chaves disse que é um projeto de extrema importância para o Executivo, em decorrência de ações trabalhistas que andam ocorrendo contra o nosso Município, o que acaba atrapalhando todo o planejamento, pois não estão previstas determinadas ações e isso desestabiliza o poder Executivo, que deixa de realizar obras ou até de atender alguma situação de extrema necessidade. O Sr. Presidente disse que impacto em nossos Pedidos de Providências, pois não pode fazer estrada rural, quebra-molas. O Ver. Aldo Chaves disse que sem essa Lei Municipal o judiciário recorre a Constituição Federal, que estipula até 60 salários mínimos por ações trabalhistas, isso está causando um transtorno imenso para o Executivo e disse que essa Lei Municipal irá ajudar o Município atender suas ações dentro de sua realidade. O Ver. José Carlos disse para esclarecer que o RPV que significa Requisições de Pequeno Valor, para o Estado ou para a União, 60 salários mínimos pode até parecer pequeno valor, mas para nós Município, esse valor é um grande valor, não significando que a pessoa não irá receber, mas que será feito de forma controlada, caso seja menos que R\$6.000,00 ela recebe na hora e se for mais que R\$6.000,00 ela irá entrar em uma lista, chamada de Precatório, que quem estiver na frente recebe primeiro, onde o Município irá pagar de acordo com sua realidade financeira. O Sr. Presidente colocou o Projeto de Lei nº 32 em primeira votação. O Projeto de Lei nº 32 foi aprovado por unanimidade em 1ª votação. O Ver. Adriano Simões fez o pedido de regime de urgência. O Sr. Presidente consultou a casa sobre o pedido de regime de urgência feito pelo Ver. Adriano Simões. O pedido de regime de urgência foi aceito e colocou o referido Projeto de Lei em 2ª votação. O referido Projeto de Lei foi aprovado em 1ª e 2ª votação e vai a sanção do Sr. Prefeito. O Sr. Presidente passou ao Grande Expediente, iniciou dizendo que é de praxe desta Casa, darmos o título de Cidadão Brazopolense em geral no mês de setembro, inclusive em Sessão Solene, queria que os Vereadores sugerissem nomes e sugeriu também que cada Vereador que quiser, possa sugerir no máximo 3 nomes, isso não está no Regimento Interno, mas que está fazendo esta sugestão, lembrou também que a sugestão deverá passar pela Casa e pode acontecer do nome não ser aprovado, o Título de Cidadão Brazopolense não é um ato banal. O Ver. Adriano Simões disse que a pessoa tem que ter serviços prestados ou estar prestando serviços. O Sr. Presidente disse que não e deu o exemplo do seu pai, já falecido, Sr. Espedito Domingues Pereira, nasceu em São Bento do Sapucaí e ganhou o título de Cidadão Brazopolense, disse que vocês não fazem idéia da felicidade que ele teve, disse lembrar até hoje, que ele ganhou junto do Dr. Edgar, que é Equatoriano, então, tem muita gente que mora em Brazópolis, a 1 ano, 10 anos, 50 anos, e a gente até pensa que é Brazopolense, mas veio de Piranguinho, São Paulo, você pode sugerir o nome que a pessoa possa não merecer. O Ver. Edson Eugênio disse que um exemplo é sua mãe, ela é de Joanópolis e veio para cá com 12 anos de idade, quando seu avô comprou o terreno onde atualmente fica o Parque de Exposições. O Ver. José Carlos fez uma observação, que a votação para Título de Cidadão é secreta, não sendo reunião pública e isto está no Regimento Interno, porque se expormos o nome da pessoa e é negado por algum motivo, iria causar transtorno e sugeriu que o nome os Vereadores tragam o nome em sigilo, inclusive da pessoa e depois de aprovado a pessoa ficaria realmente feliz, também que no ano passado eles tentaram fazer, mas por um problema dessa natureza, não foi possível e sofremos até um constrangimento na época. O Sr. Presidente disse para então que os Vereadores entreguem ao Secretário Executivo e se puderem atender que seja no máximo 3 pessoas. O Ver. Adriano Simões perguntou se precisa ser necessariamente uma pessoa que veio de fora para Brazópolis. O Sr. Presidente respondeu que tem que ser alguém que não nasceu em Brazópolis. O Ver. Aldo Chaves perguntou se tem alguma data

para apresentação dos nomes. O Sr. Presidente respondeu que será agora em setembro, no aniversário da cidade e combinamos depois, abordou sobre o curso em Belo Horizonte, sobre Meio Ambiente, conceito de Legislação, sobre ocupação de solo, a câmara e o parcelamento do solo, direito a Habitação e ao Meio Ambiente, Atuação do Município e Fiscalização, e como estamos com esse impasse do Loteamento Bela Vista, espera que seja solucionado da melhor forma possível, para os que precisam de terreno na cidade, então esse curso em Belo Horizonte dias 22, 23, 24 e 25 de agosto, disse que pretende fazer o curso, o Ver. Aldo Chaves por ser presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, o curso tem um valor e ele e o Ver. Aldo vão participar, perguntou aos demais Vereadores se algum deles tem interesse em fazer também. O Ver. Adriano Simões disse achar muito interessante o curso, que veio em uma boa hora, pois estamos à véspera de uma audiência pública sobre loteamento e no curso fala do bom uso do solo, que tem tudo a ver com o loteamento. O Sr. Presidente disse que vamos realmente defender o que estiver certo, através disso aqui, até convidou o Prefeito para participar, mas 4 dias para ele é muita coisa, para ausentar da cidade. O Ver. Adriano Simões disse que é a favor de que nossa Casa seja representada em Belo Horizonte. O Sr. Presidente disse que é sabido aqui que temos 4 reuniões, são 4 quartas-feiras por mês, neste mês de agosto temos 5 quartas-feiras, então no dia 23 de agosto, que seja cancelada nossa reunião e a que não teríamos no dia 30, que passe a ser dia 30, já pensando nisso, em respeito ao ex-Prefeito João Mauro, que foi deferido para o dia 23, onde ele falou para o Sr. Presidente e ao Presidente da Câmara de Piranguinho, que no dia 23 ele não queria, solicitou ao Secretário Executivo que buscasse o novo deferimento, para que faça a leitura, para deixar tudo bem transparente e fez a leitura do documento, o Sr. Presidente passou ao Grande Expediente. Eu Ver. Dalírio Dias disse achar muito importante a participação deste curso, devido ao Loteamento que está caindo sobre a gente e acho que 2 Vereadores estando lá representando, nós estaremos muito bem representados e solicitei aos Senhores que após a vinda do Curso, que pudéssemos reunir, não sendo na reunião de Câmara, para que vocês possam passar o material e também a observação dos senhores, será muito mais apreciado que a leitura de um papel. O Ver. José Carlos primeiramente agradeceu a limpeza da Rua Candido Mendonça, onde foi feito um bom trabalho e ficou bonito, também pediu de forma verbal, para que passe a patrol na estrada do Observatório, pois está sendo cobrado e a questão é que nessa estrada tem muita pedra, nós que usamos todo dia ainda desviamos das pedras, mas o pessoal que não conhece, sofre e nos cobra bastante, também tomou uma posição em relação a questão dos estudantes, fez a leitura do documento, onde dizia que alguns estudantes tem feito questionamentos sobre a posição dos Vereadores que não defenderam a manutenção do transporte gratuito para Itajubá, esclareceu que primeiro, é contra o corte do transporte, assim como os demais Vereadores rejeitaram o Projeto de Lei do Executivo que diminuía pela metade o número da vagas, segundo, não comentou sobre as propostas do Executivo e a votação, para não interferir sobre o entendimento dos estudantes quanto a escolha feita pela maioria, terceiro, defende que este ano o Município deve garantir o transporte gratuito até o final do ano e implantar as soluções para o próximo ano, quarta, pensa que se todos pagarem 50% não é medida de justiça social, o ideal é que se for pagar, devesse estabelecer percentuais de vagas com gratuidade total ou com pagamento de percentual e fazer o cadastro e análise social caso a caso, para conceder o benefício de acordo com a priorização de recursos para o transporte e a condição econômica do estudante, quinta, que o Executivo precisa valorizar e priorizar a educação, sobre pena do Município não realizar o desenvolvimento que todos pretendemos, disse que essa é sua posição e que não é contra novas soluções, mas que é a favor de novas soluções bem estruturadas. O Sr. Presidente disse que foi discutido isso sim, que a partir do comprovamento na Assistência Social, de certa carência, ele não irá pagar nem 1 centavo, quem não se adequar a isso, porque qualquer forma de benefício tem que ser comprovado, se não se adequar, mesmo assim a Prefeitura não vai cortar, a Prefeitura colocou as 4 propostas para que se pudessem ser votadas, e a maioria optou que 50% seja pago pelos estudantes e os outros 50% sejam pagos pela Prefeitura, mas sendo a Comissão que vai alugar o ônibus, porque o aluguel de um ônibus pela Prefeitura, ida e volta de

Itajubá na diária, está R\$420,00 (quatrocentos e vinte reais), porque nota e várias outras coisas, se for alugado pela Comissão, baixa isso aí para R\$360,00 ou a negociar, só que quem comprovar que não pode, estará entrando pela Assistência Social, agora quem pode, será os 50%, isso foi definido na reunião de semana passada. O Ver. José Carlos disse que realmente não participou nem um pouco da reunião e que viu no vídeo do Ver. Sérgio Pelegrino, que o Secretário de Administração falou que ainda não tem regra para essas questões e é importante que se não tiver regra, não tem como fazer. O Sr. Presidente disse que aí nós vamos barrar, pois foi até a Prefeitura e pediu para tirar o Projeto de Lei nº 24, disse que foi e pediu para tirar e por isso vieram esses outros tipos de propostas. O Ver. Adriano Simões disse que a própria pessoa que se sentir necessitada do transporte gratuito que procure a Assistência Social e nessa questão de que os Vereadores não fizeram nada pelo transporte gratuito, não concorda com isso, pois o próprio portal da transparência, o nome já diz tudo, é só os estudantes entrarem lá e verem o que o Município está recebendo. O Sr. Presidente disse e o que não está recebendo. O Ver. Adriano Simões disse para ver o que recebia e o que recebia a uns anos atrás, porque ninguém está escondendo, é só olhar no portal da transparência que possui todos os relatórios de todos os anos, vai notar que o Município hoje não consegue atender de forma gratuita e vai notar que a forma mais viável foi a forma dos 50% de dividir as responsabilidades e todos serão atendidos, disse achar que foi a melhor forma e a forma que a maioria aderiu, sendo 102 a 29 e o Prefeito Carlos colocou na reunião de semana passada que se o Município voltar a receber as verbas como antes recebia, ele volta atrás e volta o transporte gratuito. O Ver. Sérgio Pelegrino fez uma observação que no caso não houve um planejamento sobre a situação, algumas coisas ficam pendentes e ficamos com um certo receio, como Vereador temos que monitorar isso aí, como dito pelo Ver. José Carlos, o número de cotas por exemplo, não ficou estabelecido qual o número de cotas, até porque o estudo que foi feito, não foi bem feito, quanto a Comissão tem um pouco de dúvida ainda, que inclusive faz parte, não tem nada certo ainda, pois na Comissão ninguém vai querer assumir esse valor, iremos reunir para definir os pré requisitos, para as empresas se adaptarem aos requisitos, no caso são, cinto de segurança, manutenção periódica, ano do ônibus, etc, também que o que acontece atualmente, é que o ônibus está gratuito, mas está irregular, as pessoas tem que entender isso, porque não tem cinto de segurança, muita gente vai em pé, vai lá na frente. O Ver. Adriano Simões sugeriu que possa ser feito a manutenção periódica desses veículos em forma de relatório. O Ver. Sérgio Pelegrino pediu aos Vereadores que essa questão do número de cotas, temos que ver isso bem de perto, pois a partir do momento que migrarmos para outro tipo de Projeto, para pagar metade no caso, vai ter gente que realmente não vai ter condição de pagar, então aceitar esse tipo de proposta, assim que tiver tudo “redondinho”, quando ninguém mesmo estiver sendo prejudicado, temos que ficar em cima da Assistência Social. O Sr. Presidente disse que o errado é uma pessoa que pode pagar no lugar de uma pessoa que não pode pagar, pois no parágrafo único da Lei criada em 2014, fala que se a Prefeitura não tiver dinheiro não é obrigada a dar ônibus para ninguém, não é isso que nós queremos, disse achar que foi o primeiro passo para adequar, e as verbas federais não estão vindo. O Ver. Adriano Simões disse que nem as verbas estaduais. O Ver. Sérgio Pelegrino disse que essa proposta foi feita até para o final do ano, tendo a necessidade de haver um Projeto, se quiser envolver nós como Vereadores também e prefere se envolver desde o começo do Projeto do que chegar aqui só depois para nós votarmos e se colocou a disposição do Executivo para ajudar nesse planejamento. O Sr. Presidente disse que o bom é que o Executivo, como os Projeto dessa semana, está ouvindo nossas propostas sim. O Ver. Carlos Adilson falou em relação aos Projetos que chegaram após o recesso, por volta de 7 Projetos, que estamos fazendo aquilo que manda o Regimento, estamos sentando e discutindo, não é mais “chegou e vai pra votação”, em questão do transporte escolar, disse que vai cobrar ano que vem, mas o que foi feito agora é em um momento paliativo, para sanar as dificuldades desse exemplo e como janeiro é recesso, não podemos deixar que o Executivo lá em dezembro venha com o Projeto nesse sentido e para isso deixamos a disposição os Vereadores, Secretários, estudantes e o Prefeito, para sentarmos e fazermos de forma

correta, disse que nenhum estudante está feliz em pagar, mas foram dadas 4 opções e foi escolhida de forma democrática, para o ano que vem tem que ser feito um Projeto descente, com a participação de todos, para que venha a vigorar uma Lei descente e que venha a vigorar no ano que vem, mas com antecedência. O Ver. Adriano Simões disse que é importante também que os estudantes apresentem propostas, não só a proposta de não pagar nada, pois ela é simples e fácil, eles também devem apresentar as propostas deles. O Ver. Sérgio Pelegrino disse acreditar que quem deve fazer isso é o Executivo mesmo, por ter a necessidade de um estudo, com cadastro com a remuneração, então tem que começar agora, para termos um estudo bem feito para votação em dezembro e o estudante não consegue enxergar isso sem as informações na mão, por isso é difícil para ele ter uma proposta, se formos analisar as propostas da Prefeitura, foram 4, mas a única que vai amparar todos, é a 3, qualquer uma das outras ia desamparar alguém, então não teve muita escolha na verdade. O Ver. Adriano Simões disse que cabe a nós, as partes interessadas devem estar se adequando, não podemos esperar somente do Executivo, sentando e conversando. O Ver. Sérgio Pelegrino disse que o aluno só não quer ser pego de surpresa. Eu, Ver. Dalírio Dias dei uma informação sobre os alunos e acho que a idéia pode surgir de onde menos esperamos, embora o aluno não tenha conhecimento, mas uma idéia pode fazer a diferença pro Executivo, disse achar que o estudante é totalmente capaz. O Ver. Sérgio Pelegrino disse que como estudante deu esse planejamento, analisar quem pode e quem não pode, mas isso leva tempo. O Ver. Adilson de Paula disse que foi em Paraisópolis para conversar sobre o serviço do túnel e que devido as chuvas, podemos perder todo o serviço que foi feito, temos que dar andamento e o Sr. Geraldo já combinou que semana que vem dará continuidade. Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e convidou a todos para a Vigésima Quarta Sessão Ordinária da Casa no dia 30 de agosto às 19:00 h. Dando, como encerrado, os trabalhos daquela Sessão. Eu, Dalírio Dias, lavrei a presente Ata, que após lida e, se aprovada, será assinada por todos os EDIS presentes.

Presidente: Wagner Silva Pereira

Vice-Presidente: Sérgio Eduardo Pelegrino Reis

Secretário: Dalírio Antônio Dias

Demais Vereadores:

Aldo Henrique Chaves da Silveira

Adilson Francisco de Paula

Carlos Adilson Lopes Silva

José Carlos Dias

Edson Eugênio Fonseca Costa

Marcos Adriano Romeiro Simões